

OS CRISTÃOS NOVOS E O POVOAMENTO DO BRASIL

MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

Descoberto o Brasil, a 22 de Abril de 1500, por Pedro Álvares Cabral, a exploração da sua costa seria iniciada pouco tempo depois. Pero Vaz de Caminha, na sua carta, falaria de uma "ilha", primeiro, e de uma "terra" "tamanha" e "muito longa", mais à frente¹. Por sua vez, o piloto anónimo de Pedro Álvares Cabral, acrescentaria que não sabiam se era ilha ou terra firme, embora se inclinassem para esta última opinião². A sua riqueza natural foi descrita por ambos: belos papagaios, grande variedade de pássaros de grande beleza, algodão, arroz, milho, inhame, abundância de peixes e de mariscos, frondosa vegetação, abundância de águas "que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo". Num primeiro contacto, os autóctones eram pacíficos, apesar de usarem arcos e flechas.

Conhecida a notícia do "achamento" da nova terra de Vera Cruz por D. Manuel, este "começou logo de mandar alguns navios a estas partes, e assim se foi a terra descobrindo pouco a pouco e conhecendo de cada vez mais, até que se veio toda a repartir em capitánias e a povoar da maneira que agora está", escreveria Pedro de Magalhães Gândavo, na segunda metade do século XVI³.

Nesta exploração primeira participaria uma sociedade de cristãos novos encabeçada por Fernão de Loronha e João Rodrigues de Mascarenhas, o conhecido escudeiro cortesão, rendeiro das sisas do pão que viria a ser morto na matança dos cristãos novos, na Páscoa de 1506. O objectivo do arrendamento era a exploração da nova terra e o conhecimento das suas riquezas. Destas, a primeira trazida para o reino foi o pau brasil, usado na tinturaria dos têxteis, mercadoria que cedo daria o nome à terra, fazendo esquecer o primitivo com que Cabral a tinha denominado. Entre 1501 e 1504, decorreria o primitivo contrato que seria sucessivamente renovado até 1513. Durante a sua vigência, os rendeiros cristãos novos comprometiam-se a mandar anualmente seis naus descobrir 300 léguas de costa, levantar fortalezas e feitorias, e a mantê-las. Do pau brasil, a coroa receberia 1/6 no segundo ano e 1/4 no terceiro.

Na renovação do contrato, D. Manuel recebia 4000 ducados/ano e os rendeiros ficavam com o direito de resgatar 20 000 quintais de pau brasil livres de qualquer encargo⁴.

No entanto, a verdadeira política de povoamento sistemático seria desenvolvida por D. João III, ao dividi-la em oito capitánias entregues a oito capitães-donatários que, desde cedo, tiveram de lutar contra os autóctones e contra os franceses que no território procuravam comprar pau-brasil. É provável que date deste povoamento a ida de alguns cristãos novos, pois quando no início da actuação do Tribunal da Inquisição, algumas famílias de Trás-os-Montes referiram ter familiares seus no Brasil. Tal não seria de estranhar se pensarmos que um dos investimentos económicos dos capitães foi a produção do açúcar.

Algumas delas destacaram-se pelos seus engenhos e produção açucareira, como a de Pernambuco, dada a Duarte Coelho, a da Baía de Todos os Santos, fundada por Francisco Pereira, Ilhéus, povoada por um João de Almeida, etc.

Se desconhecemos o início da diáspora cristã nova para o Brasil, podemos, pelo menos, detectá-la já em meados do século XVI, o que nos pode fazer supor que ela, se não é anterior ao estabelecimento das capitánias por D. João III, é-lhe contemporânea, tendo para tal contribuído os achados de prata e ouro na América espanhola, para onde alguns cristãos novos emigraram, via Sevilha, assim como o estabelecimento da Inquisição em Portugal, em 1536. Também não lhes seria estranho o desejo de explorarem uma nova terra, cujas riquezas se vislumbravam, longe dos olhares dos cristãos velhos e do Tribunal do Santo Ofício.

As suas potencialidades económicas seriam exaltadas por autores cristãos novos como Duarte Gomes de Solis que, em 1622, propunha um investimento forte no Brasil em substituição do abandono da Índia. O pau brasil e o açúcar eram as grandes riquezas que poderiam enriquecer a coroa de Portugal e da Espanha. Nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, o seu autor que, segundo parece, seria de origem cristã nova, referia-se aos mercadores usurários que enriqueciam comprando nas cidades os bens que vendiam, no interior, aos senhores de engenho, com lucro de cem por cento⁵.

Por detrás da presença cristã nova ou judaica estava o trato açucareiro, e na base deste encontrava-se o senhor do engenho, geralmente de origem cristã nova, que assim se associava à sociedade familiar de produtores e mercadores, ao mesmo tempo que se radicava no Brasil, normalmente nas capitánias marcadamente definidas pela produção da cana sacarina. Oriundos do litoral ou do interior de Portugal, mercadores, artesãos, criadores de gado, médicos ou letrados, os cristãos novos iriam, desde o século XVI, acompanhar o desenvolvimento económico do novo território e participar na exploração do seu interior.

Até à primeira visitaçao do inquisidor Furtado de Mendonça, em 1591-95, o Brasil devia ter aparecido aos olhos dos cristãos novos como uma terra abençoada, onde eles podiam viver o judaísmo no interior das suas casas, sem o medo de uma denúncia que os levasse aos cárceres inquisitoriais.

Por isso, o Brasil entraria, cedo, numa rota, desenvolvida por mercadores cristãos novos, que se iniciava em Lisboa e tinha como paragens obrigatórias S. Tomé e Angola, antes de atingir Olinda. Daqui a rota continuava para Lisboa ou para a Flandres. As mercadorias eram, na ida, os escravos para os senhores de engenho e o açúcar, no retorno para a Europa. No percurso, ficavam familiares na Madeira, ligados, também eles, às produções açucareira e vinícola.

Poderíamos dar os exemplos dos Pereira e dos Fidalgo, casados entre si, e dispersos entre Ponte de Lima, Lisboa, Funchal e o Brasil, ou os Lopes Homem, de Lisboa, que se lhes associariam pelo casamento, e que, em finais do século xvi, se veriam obrigados a fugir para Amesterdão. Todos eles aliavam o tráfico negreiro ao da produção e comércio do açúcar. António Mendes Fidalgo, do Funchal, tinha um dos seus irmãos, Diogo Mendes, residente em Angola e outro, Diogo Fidalgo, em Pernambuco. Aqui Manuel Lopes Homem administrava os seus negócios e os dos parentes, ao mesmo tempo que recebia e encaminhava, na vida económica da capitania, os familiares Rodrigo Fidalgo e Afonso Fidalgo Pereira⁶.

Afonso Fidalgo era mercador de panos que comprava em Lisboa e transacionava com os negros que adquiria em Angola, em seu nome e no de familiares seus, em Pernambuco por açúcar. Em Luanda, estava um intermediário, Diogo Castanho, cristão novo como ele. Aliás, a importância de Angola para o Brasil, nomeadamente para a região do Nordeste, faria António Vieira escrever: "sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros"⁷.

Mas os Fidalgo e os Pereira não eram os únicos nesta segunda metade de Quinhentos. Os Drago de Trancoso e de Lisboa, com alguns dos seus membros dispersos pelo Mediterrâneo, por S. Tomé e pelo Brasil afirmavam-se também na rota negreira e açucareira. Mais uma vez, Pernambuco era o termo da viagem.

Na capitania de S. Vicente, encontramos-os como "partidistas", ou seja, como foreiros de terras para cultivo da cana sacarina, como Cristóvão Dinis, ou como mestres de fazer açúcar, como Fernão Roiz, genro do tabelião Tristão Mendes. Nos Ilhéus, com o cristão novo Francisco Lopes Raposo, companheiro do primeiro capitão, estavam outros seus correligionários que povoavam a capitania e nela desenvolviam a produção açucareira⁸. O mesmo acontecia no Espírito Santo, com Vasco Fernandes Coutinho. Juntamente com os senhores dos engenhos, distinguiram-se os mercadores cristãos novos, como Francisco Roiz Navarro, tido como rabi entre os demais correligionários.

Nesta capitania, para além dos engenhos do donatário, um deles explorado pelo cristão novo Diogo Roiz de Évora, foi erguido um outro, designado de St.^o António, pertencente a uma parceria de cristãos novos: Manuel Medeiros, Henrique Roiz Barcelos e Diogo Fernandes do México, residentes em Lisboa. Caminhando para o final do século, um novo senhor de engenho surgia: Marcos Fernandes Monsanto, que viria a perdê-lo a favor de D. João IV, sob a acusação de traição ao rei. Muitos destes senhores de engenho eram proprietários absentistas, que residiam

no reino e geriam os bens no Brasil por intermédio de feitores, geralmente correligionários ou parentes⁹.

Mas os interesses económicos destes mercadores e fazendeiros não incidiam apenas no açúcar, sua produção e comércio. Eles foram também criadores de gado, produtores de cereais, frutas, algodão, etc., consoante as capitânias para onde se dirigiam. Sempre em errância, os cristãos novos atreviam-se, por terra, a atingir a América espanhola. Sinal desta itinerância, para não dizermos nova diáspora, provocada pela chegada da Inquisição às terras do Brasil, em finais de xvi, os cristãos novos depararam-se com as suspeitas e as denúncias nas Inquisições de Lima e do México. A sua presença está detectada desde esta centúria para as Índias espanholas continentais e insulares. Mercadores ou negreiros, produtores de cacau e de baunilha, eles viram as suas actividades económicas prejudicadas devido às acusações de judaísmo¹⁰.

Igualmente importantes, neste final de século, foram as relações económicas com Angola, onde começaram a distinguir-se alguns membros da família Orta e António de Castro, cristão novo de Lisboa. Angola, entrava, agora, na rota do Brasil e do Rio da Prata, ao mesmo tempo que mantinha a via de Pernambuco. Diogo Lopes de Cádiz ou Diogo Lopes Lisboa foram alguns desses mercadores que acabaram vítimas do Santo Ofício, com a correspondente perda de bens¹¹.

Com a união das duas coroas ibéricas, Portugal viu-se envolvido com os inimigos de Espanha e o Brasil passou a ser percorrido pelos holandeses, tal como já o era pelos franceses.

Paulo Garcês, ex-Abraão Garcês, natural do Porto e circunciso em Amesterdão, apresentava-se como um descendente dos Bentalhado, e possuía familiares dispersos pelo Porto, Lisboa, Amesterdão, Madrid, Florença, Hamburgo e Brasil. Aqui, encontrava-se seu irmão Duarte Fernandes. Mercadores, os seus familiares, negociavam em panos, açúcar, pedrarias, armas. Paulo Garcês ou Abraão Garcês, de seu nome judeu, pretendia vir para Portugal para, aqui, embarcar para o Brasil. Estava-se em 1620 e Abraão Garcês apresentava-se como "arrependido" em Lisboa, na Inquisição¹².

O mesmo se passava com a família de Henrique Dias Milão, em finais do século xvi e inícios do seguinte, cujos membros se encontravam espalhados por Lisboa, Hamburgo, Roma, Brasil e Índias espanholas. No Brasil, encontravam-se o filho mais velho, Manuel Cardoso Milão, mercador, a filha Ana de Milão com o marido Manuel Nunes de Matos e um dos filhos mais novos, António Dias Milão, todos residentes em Pernambuco. Seguidores da religião judaica e crentes em que o Messias ainda não chegara e que Cristo era o AntiCristo, cairiam sob a alçada do Santo Ofício. Libertos com o perdão geral, iniciariam a diáspora por terras da Europa. Do Brasil, trouxeram uma índia, cativa de Henrique Dias, chamada Vitória, que tornaram judia.

Paulo Milão, filho de Henrique Dias Milão e de Guiomar Gomes, apresentou-se aos Inquisidores porque queria partir para as Índias de Castela, via Angola, com

António Dias Cárceres, seu tio, o qual estivera no México, onde a mulher teria sido queimada por herege¹³.

Manuel Homem de Carvalho nascera em Ponta Delgada. O seu avô paterno António de Carvalhais era natural de Braga de onde emigrou para os Açores. Mercador, Manuel Homem tinha interesses em Angola e em S. Salvador da Baía, para onde fora residir e acabara por casar com Clara Nunes Mendonça, filha de Diogo Lopes, natural da ilha da Madeira e morador na Baía. Negociava com Amesterdão, onde acabaria por abjurar o cristianismo, e Hamburgo. Na Holanda, encontrara cristãos novos conhecidos que viviam como judeus, como Diogo Dias Querido que tivera uma loja na Baía, Jerónimo Henriques, filho de João Luís Henriques, residente em Pernambuco e natural de Trancoso, Simão Nunes de Matos, natural de Lisboa, e senhor de engenho na Baía, irmão de Manuel Nunes de Matos. Tomara conhecimento pela comunidade sefardita de Amesterdão, que alguns cristãos novos a viver no Brasil se assumiam como judeus, tais como o licenciado Filipe Tomás de Miranda, casado na Baía e preso na Inquisição de Lisboa, e Filipe Dias do Vale, residente em Pernambuco¹⁴.

A emigração destes ricos produtores e mercadores para Amesterdão explica-nos o interesse que a Holanda teve no Brasil, que começou a atacar, a partir de 1621, ano em que foi constituída a Companhia da Índia Ocidental. Em 1624, conquistava a Baía, onde permaneceria durante um ano, atacando o litoral e procurando conquistar outras zonas da costa desde o Rio de S. Francisco, no sul, até ao Maranhão, no norte. No entanto, o nordeste brasileiro com Pernambuco seria conquistado em 1630 e nele os holandeses permaneceriam alguns anos, tendo obtido para isso o apoio dos cristãos novos tornados judeus em Amesterdão e dos seus correligionários residentes no Pernambuco¹⁵. Alguns deles devem ter sofrido economicamente com os ataques holandeses; outros devem ter ficado com a suspeita de os favorecer.

De terem apoiado a conquista de Pernambuco, foram acusados na Inquisição de Lisboa, em 1634, os cristãos novos Álvares Franco e Manuel Fernandes Drago, que tinha um familiar, Simão Drago, a residir naquela cidade do nordeste. Na armada dos invasores, encontravam-se, de facto, alguns judeus de origem portuguesa como António Vaz Henriques, tornado Moisés Cohen, e Samuel Cohen.

O comércio com a Holanda passou a fazer-se directamente, tendo nele um papel importante os ricos mercadores e proprietários terratenentes, os Drago, exportadores de açúcar e vinho. Aliás, alguns deles passar-se-iam directamente para Amesterdão, fugindo assim à Inquisição, como Manuel Fernandes Drago¹⁶.

O açúcar era o bem apetecido pelos invasores, incluindo a população sefardita. A informação que circulava, na época, registava a grande riqueza de alguns cristãos novos, senhores de engenho, residentes no Brasil, que, em dez anos, obtiveram de lucro 100 000 coroas de ouro¹⁷.

Os Fidalgo, os Lopes Homem, os Milão foram alguns dos muitos cristãos novos que deixaram Portugal, nos finais do século XVI, e se estabeleceram nos

Países Baixos¹⁸. De facto, o domínio holandês no Pernambuco teve o apoio dos cristãos novos radicados em Amesterdão, alguns com interesses na Companhia das Índias Ocidental, como Bento Osório¹⁹ e não foi contestado pelos cristãos novos residentes no Brasil. Aqui, alguns apressaram-se a abjurar o cristianismo e a regressar à fé dos seus antepassados, quando tornaram a contactar com familiares e amigos que tinham optado por viver em liberdade, num país estranho, a religião judaica.

Daí que a Comunidade Judaica de Amesterdão se tivesse preocupado com o ensino da *Torah* naqueles que apenas dela possuíam a memória de uma tradição, passada clandestinamente de pais a filhos, no interior da família. Nesse sentido, foi enviado para o Brasil, em 1642, um grupo de 200 judeus, entre os quais se destacavam Aarão Sarfatim, o rabi Moisés Rafael de Aguilar e Isaac Aboab da Fonseca. O próprio Menassés ben Israel pensou acompanhá-los pelo que dedicaria o segundo volume da sua obra a alguns importantes cristãos novos do Brasil, como David Senior Coronel, descendente da família do último rabi mor de Espanha, Abraão do Mercado, Isaac Castanho e outros²⁰.

Com o objectivo de nela se fixarem, os judeus de Amesterdão produziram as *takkanot* para o Recife, em cuja comunidade se distinguiram Abraão de Mercado, Jacob Drago, Abraão de Azevedo, Jacob Navom²¹. Aqui, a comunidade de cristãos novos, seguidores do judaísmo, era encabeçada por António Vaz Ilha, um madeirense²².

Dominando o comércio do açúcar e o pequeno comércio de retalho, os judeus lançavam-se igualmente nos lanços das rendas sobre o produto. Mantinham-se ligados ao tráfico negreiro de Angola para o Brasil, onde se continuavam a destacar os Drago, mas também José Abernaca e Samuel Montesinho²³. Igualmente participavam em parcerias de naus que traficavam entre a Holanda, o Brasil e Angola, constando, em algumas delas, nomes como Jacob Aboab, Moisés Abendana, Abraão da Gama, João de Torres, Luís Dias, Jacob Baruc, Moisés Neemias de Castro, Luís da Costa, Gabriel Castanho, etc²⁴. Outros exerciam a advocacia sob a permissão da Companhia holandesa, como Miguel Cardoso; outros eram arquitectos/engenheiros como Baltazar da Fonseca que construiu uma ponte no Recife, no tempo do príncipe João Maurício; outros pesquisavam minas, como Bento Henriques que teria encontrado uma mina de ouro²⁵.

Com a reconquista do território pelos Portugueses, muitos destes cristãos novos e judeus, accionistas da Companhia, iriam sofrer sérios revezes económicos, devido ao corte abrupto do trato, caindo em pobreza. Uns seriam presos e trazidos para Portugal, sob acusação de heresia ou de traição.

Clandestino na maioria do território, o judaísmo espalhara-se com o domínio holandês. No Recife, na Paraíba, na Baía surgiram sinagogas que passaram a ser frequentadas por um ou outro judeu de sinal que, ousado, penetrava no território do catolicismo. Foi o que aconteceu com Isaac Tartas que acabaria condenado à

morte pela Inquisição de Lisboa, por herege, apesar de, com extrema coragem, ter ousado discutir com teólogos cristãos e inquisidores sobre a verdadeira religião²⁶. Outros sairiam no auto da fé o que provocaria os protestos de Amesterdão, cujos ecos seriam transmitidos por António Vieira na sua correspondência: "De sairem no cadafalso os três judeus do Recife se queixaram muito os Estados nesta última conferência, em que declaravam que eles tinham aqueles homens por seus vassalos, e que castigá-los era contra o capítulo 21 da trégua"²⁷.

Na Baía, alguns cristãos novos apareciam como figuras socialmente importantes, como Diogo de Leão e os seus familiares. Pertenciam ao seu círculo Aires da Veiga, António Gomes Pessoa e outros. Pedro de Baeça era um dos banqueiros de Filipe III, pelo que, quando da Restauração, tomou o partido de Espanha, acabou por perder a vida e ter os bens confiscados por traição, incluindo o engenho de açúcar que possuía na capitania de Espírito Santo²⁸.

Já o mesmo não sucedeu com outros correligionários que resolveram apoiar o novo rei da casa de Bragança. Jerónimo Nunes, Duarte Silva e Francisco Botelho Chacon foram financiadores da guerra de D. João IV contra a Espanha, na Europa, e contra a Holanda, no Brasil. Vinho e escravos eram trocados por açúcar e este por cobre e pólvora, necessários à defesa do reino²⁹. A importância dos *mercadores* na riqueza dos reinos levaria Vieira a aconselhar D. João IV a utilizá-los na constituição da Companhia do Brasil³⁰. Jerónimo Nunes da Costa e outros judeus de Amesterdão seriam os accionistas desta Companhia, criada em 1649. Este e Duarte Nunes da Costa representariam a Companhia em Amesterdão e em Hamburgo, respectivamente. Mercador, Jerónimo Nunes ou Moisés Curiel dedicava-se ao tráfico do Brasil para a Holanda, importando açúcar, madeiras brasileiras, como pau brasil e jacarandá, tabaco a que acresciam os diamantes de Antuérpia, ouro da Alemanha, pérolas de Curaçau, para além de produtos das ilhas atlânticas ou do próprio reino de Portugal³¹. A riqueza dos judeus portugueses tornava-se famosa, entre holandeses e estrangeiros³².

À semelhança de tempos anteriores, os cristãos novos firmavam sociedades de capitais para erguerem engenhos de açúcar. Tal sucedeu com o engenho de S. Francisco, em Pavuna, no termo do Rio de Janeiro, o qual, no início do século XVIII, valeria cerca de 60 000 cruzados. Alexandre Soares Pereira, seu proprietário, nesta época, fora comprando as várias partes aos demais sócios do seu falecido pai e também aos seus irmãos, herdeiros como ele da parte paterna. Assim, sabemos que a primitiva sociedade fora constituída por Pedro Dias, lavrador de engenho, Francisco Campos, Manuel de Paredes, senhor de engenho, Ana do Vale, viúva de Duarte Rodrigues de Andrade, e por João Soares Pereira, pai daquele.

Alexandre Soares Pereira não seria muito afortunado com o investimento que fizera na aquisição da totalidade do engenho nem nas obras de benfeitorias que estava a desenvolver; pois, tendo sido denunciado à Inquisição por criptojudaizante, fora preso, trazido para Lisboa e os bens confiscados pelo St.º Ofício, em 1708³³.

Seu cunhado que também o acompanharia na travessia do Atlântico, a caminho dos calabouços da Inquisição de Lisboa, designava-se homem de negócios. Natural de Coruche, Agostinho Lopes Flores emigrara para o Brasil onde viria a casar com a filha de João Soares Pereira. No inventário dos bens enunciados aos inquisidores, em Lisboa, no ano de 1708, mencionava as casas de habitação na Rua Direita do Rio de Janeiro, que, entretanto, vendera ao cunhado, por 9000 réis, sem que houvesse recebido a quantia, pois ambos foram presos na altura, o mobiliário vário, desde tamboretos novos, bufetes, 2 guarda-roupas, um com louça da Índia e outro com vestes, espelhos com molduras de jacarandá, talheres e pratos de prata, jóias diversas de ouro e diamantes, escravos e letras várias³⁴.

Felicidade Uchoa de Gusmão, mulher de Luís da Fonseca Rego, lavrador, residia em Forte Velho, no termo de Paraíba, onde possuía casas, terras de lavoura, gado e escravos, quando foi denunciada à Inquisição por judaizante. Nas suas confissões, refere outros cristãos novos das suas relações, com quem partilhara a crença na Lei de Moisés, as prescrições alimentares e os jejuns: o marido, os cunhados João e Jorge Nunes, assim como a cunhada Joana do Rego, filhos de Gaspar Nunes de Espinosa; Simão Rodrigues, lavrador de cana, já falecido, e sua mulher; Manuel Henriques, lavrador de roça, morador no Rio do Meio, casado com Joana do Rego, filha de outro Manuel Henriques; António da Fonseca, lavrador de cana, casado com Maria de Valença, filha de Clara Henriques, residente nas Várzeas da Paraíba; Filipa da Fonseca, casada com Luís de Valença, lavrador de cana, e filha de Maria Tomás; Guiomar Nunes, mulher de Luís Nunes; Pedro de Valença, advogado, filho de Luís de Valença, e de Filipa Fonseca, as irmãs Guiomar e Maria de Valença; Ambrósio Nunes, criador de gado no sertão, e sua mulher Isabel da Fonseca, e outros.

Acusava Pedro de Valença de a ter levado a pecar, abandonando a crença em Cristo e trocando-a pela Lei de Moisés. A intervenção da Inquisição no Recife trouxera para Lisboa muitos cristãos novos das suas relações, como o advogado Pedro de Valença e seu irmão Estêvão, Branca de Figueiroa, Diogo Nunes Tomás, lavrador de cana, casado com Vitória Barbolha (?), e sua filha Maria Silveira, viúva de Gaspar Henriques da Fonseca, José da Fonseca, seu irmão João do Rego e sua irmã Dionísia do Rego, todos filhos de Manuel Henriques, lavrador de mandioca, e de Joana do Rego, Fernando Henriques, natural de Portugal, sobrinho de Simão Rodrigues, lavrador de cana, Joana do Rego, casada com Agostinho da Silva, caldeireiro, e filha de Gaspar Henriques, lavrador de cana, e de uma negra, um sobrinho daquela por parte de sua irmã, chamado Gaspar da Fonseca, filho de Gaspar Henriques, lavrador de cana e de Maria da Silveira, entre outros.

Felicidade Uchoa de Gusmão afirmava-se meia cristã nova por parte de seu pai, Bartolomeu Peres de Gusmão, casado com Antónia Mendonça Uchoa, de origem cristã velha, ambos residentes em Olinda. Os avós paternos, João Peres Correia de Gusmão e Leonarda da Costa eram naturais e residentes em Olinda. Por sua vez, os avós maternos eram Francisco de Faria Uchoa, senhor de engenho,

e Ana de Lira, moradores em Egitíá, junto do Recife. Baptizada e crismada, sabia ler e escrever, tendo assinado o seu nome ao ratificar as suas confissões.

Ao contrário de tempos anteriores em que as famílias cristãs novas se caracterizaram por um grande número de filhos adultos, Felicidade tinha apenas um filho de 11 anos o qual lhe nasceu quando tinha 37 anos de idade. Por sua vez, a família de Felicidade, talvez por ser de origem cristã velha, como ela afirmara na sua genealogia, estava em vias de extinção por falta de descendentes. Os seus tios paternos tinham já falecido todos e sem descendência e dos seus tios maternos apenas uma tia tivera filhos³⁵.

Entre os cristãos novos presos com quem Felicidade Uchoa convivera, encontrava-se António Fonseca Rego, lavrador de cana, natural de Olinda e residente no Engenho Velho, termo de Paraíba. Foreiro de dois "partidos" de cana de açúcar, declarava possuir vários bens móveis entre gado, escravos, alfaias agrícolas, entre as quais um arado de ferro, um moinho de mão para moer farinha, 3 carros de bois, 2 cavalos, armas (pistolas, espingarda e uma faca de algibeira com cabo de tartaruga chapeado a prata), mobiliário diverso e vestuário, entre o qual destacou um fato novo, constituído por casaca, veste, calção forrado a baeta preta, meias brancas de seda e talabarde de marroquino, 4 gravatas, uma delas com renda³⁶.

Filipa Gomes Henriques pertenceu também ao grupo dos presos que viera da Paraíba. Filha solteira de André Lopes, mercador, e de Maria Henriques, naturais de Vila Real, residia no Engenho Velho, termo daquela cidade com sua mãe, viúva, seus irmãos e seu tio materno, já falecido, Pedro Dias Vila Real, lavradores de cana. Tio e sobrinhos, todos eram solteiros. A emigração começara com seus avós maternos, Gonçalo Dias Vila Real e Filipa Gomes Henriques que deixaram Vila Real e foram para o Engenho Velho. Confessou ter sido iniciada na religião judaica por seu tio que a aconselhara a jejuar o jejum grande de Setembro, o jejum da rainha Ester, a guardar os sábados, a rezar o Pai Nosso sem dizer "Jesus" no final e a crer na Lei de Moisés como a única que conduzia à salvação. Toda a família se afirmava crente e observante desta, desde que chegara ao Brasil.

Aqui comunicava com outros cristãos novos, já identificados por Felicidade Uchoa, como Guiomar Nunes Pereira, casada com Luís Nunes da Fonseca, lavrador, e filha de Diogo Nunes Tomás e de Vitória Barbalha (?), naturais do Engenho Velho e residentes no Engenho Novo, com o marido e os pais daquela. Igualmente denuncia o irmão de Guiomar, Diogo Nunes, casado com Catarina Pereira, Filipa da Fonseca, filha de Maria Tomás, natural daquele lugar, seu marido Luís Valença Caminha, lavrador de cana, e seus filhos Estêvão de Valença e Guiomar de Valença, casada com Henrique da Silva, lavrador de cana, filho de Branca de Figueiró, António da Fonseca, lavrador de cana, filho de Sara Henriques e casado com Maria de Valença, filha de Luís de Valença Caminha e de Filipa Fonseca. No Engenho de Sto. André, comunicara a observância judaica a Guiomar Nunes, filha de Clara Henriques e casada com Francisco Pereira, latoeiro, naturais do Engenho Velho³⁷.

José Nunes, natural de Engenho do Meio, tinha roças no Rio das Marés. Aqui dedicava-se à produção de mandioca. Em casa de seus pais, Gaspar Nunes e Joana do Rego, esteve com seus avós paternos João Nunes Tomás, senhor de engenho, e Margarida de Espinosa, com os quais aprendera a seguir a observância na Lei de Moisés, tal como seu pai ensinava em casa. Juntamente com os avós e pais, frequentavam a casa os irmãos pela parte do pai João e Jorge Nunes e Luís da Fonseca, casado com Felicidade Uchoa, e Joana do Rego, mulher de Manuel Henriques, lavrador de cana, natural do Engenho Nobim e morador no Rio das Marés.

Entre familiares e amigos, comunicara os jejuns, o descanso sabático e a salvação na fé de Moisés. Tal sucedera com o tio paterno Tomás Nunes, já defunto, lavrador de cana, casado com Serafina Rodrigues, morador no Engenho do Meio, com Diogo Nunes, casado com Vitória Barbalha, com Gaspar Henriques e Maria da Silveira, com Maria Tomás, Ana Fonseca e tantos outros que nos permitem concluir o círculo fechado da comunicação destas famílias cristãs novas³⁸.

Outros cristãos novos dedicavam-se à exploração mineira. Antônio Roiz de Andrade, filho de João Roiz de Andrade, era proprietário de duas roças, mas dedicava-se à mineração. As parcerias ocorriam aqui tal como antes permitiram a criação dos engenhos. Os empréstimos eram pagos em ouro. Por sua vez, Antônio de Sá de Almeida declarava possuir ferramentas próprias para extrair ouro e diamantes³⁹. O tabaco começava a ser um negócio e, mais uma vez, os cristãos novos recorriam a sociedades, como a que Belchior Mendes Correia fizera com Jácome José, criado do vice-rei Vasco Fernandes César⁴⁰.

Outros ainda mantinham-se dedicados ao tráfico negreiro com Angola, Mina e Benim como Belchior Mendes Correia ou Antônio Cardoso Porto, natural de Celorico e morador na Baía. Louças e móveis da Índia, roupas de cama e vestuário de tecidos de proveniência e qualidade variada, jóias, escravos eram alguns dos seus bens⁴¹.

No entanto, nem todos seriam ou ficariam ricos. Francisco Ferreira da Fonseca, filho de Manuel Ferreira Loureiro, homem de negócios, naturais de Vila Nova de Foz Coa, e de Isabel de Morais, natural de Muxagata, partiu para o Brasil à procura de fortuna. Afirmava-se na sua genealogia "parte de cristão novo", sendo o seu avô paterno, o padre Manuel Ferreira Loureiro, do hábito de S. Pedro, o qual era natural de Muxagata. Os avós maternos eram Domingos de Abrunhosa, tratante, natural de Felgueiras, termo de Torre de Moncorvo, e Isabel de Morais, natural de Vila Nova de Foz Coa.

Para Francisco, o Brasil, nomeadamente as Minas do Fanado, foi a sua residência e também a sua falência, além da causa da sua prisão. Na altura em que o prenderam apenas tinha a roupa que vestia, um cavalo que lhe morreu no caminho, uma espingarda, uma espada e uns corais encrustados em ouro.

Acusado de práticas judaicas, denunciaria os pais, parentes e amigos de Vila Nova de Foz Coa, Muxagata e Freixo de Espada à Cinta, todos observantes da Lei de Moisés. Luisa Pereira, mulher de Francisco Fernandes Carnacho, homem de

negócios, aconselhara-o a crer na Lei de Moisés e a cumprir o "jejum de Setembro", ou da rainha Ester, sem outra explicação sobre o jejum, excepto que deveria jejuar o dia todo até à noite, sem comer nem beber, ceando depois peixe ou outros alimentos, excepto carne. Iniciado, segundo afirmou, na crença judaica por esta sua conterrânea, manter-se-ia na referida fé e comunicá-la-ia nas Minas, onde residira e trabalhara. Aqui contactou com António de Sá, homem de negócios, natural de Almeida; com Agostinho José, mineiro, natural do Rio de Janeiro; com João de Matos, homem de negócio, morador nas Minas do Cerro do Frio; com Manuel Lopes Pereira, mineiro, natural de S. João de Vidago, morador nas Minas Novas do Fanado; com Manuel Nunes de Almeida, filho de Miguel Nunes, morador no Ribeirão do Carmo; com Manuel Nunes da Paz, homem de negócios, residente na Cachoeira das Minas Gerais do Ouro Preto; com José Henriques, o Carregado, feitor dos dizimos, natural de Almeida e morador no Ribeirão do Carmo; com Jerónimo Cardoso, natural de Freixedas e morador na Baía, homem de negócios; com Manuel da Cunha, contratador de gados, natural de Idanha-a-Nova; com António da Silva, natural de Poiares; com António de Castro ou Crasto, homem de negócios, natural do Algarve e morador nas Minas; com António de Gusmão, também homem de negócios, natural do Algarve; com Miguel da Silveira, natural de Pinhel, etc.

Caminhos, casas, lavras de ouro, tudo servia para estes cristãos novos, jovens solteiros, na sua maioria designados "homens de negócio", se declararem uns aos outros seguidores da Lei de Moisés⁴².

José Rodrigues Cardoso, filho de Jerónimo Rodrigues e de Guiomar da Rosa, apresentava-se, tal como o pai, sem qualquer ofício, o que lhe é contrariado pelos inquisidores que indicam o progenitor como homem de negócio. Natural da Baía, mudar-se-ia para Minas Gerais do Ribeirão dos Fornos, depois de passar algum tempo no Rio de Janeiro. Daqui seguiu para o Rio das Mortes, onde esteve em casa de David Lindo nas minas do Ouro Preto, juntamente com David Mendes da Silva, mineiro. Sem ofício definido, embora soubesse ler e escrever, o seu destino era, como o de tantos outros, procurar fortuna no *eldorado* da primeira metade do século XVIII.

Acusado de judaizar, denunciaria vários cristãos novos da Baía, do Rio de Janeiro e das Minas Gerais. Entre eles, recorda Ana Mendes, mulher idosa e solteira, que teria embarcado no Rio de Janeiro para as Ilhas, a qual lhe ensinou uma oração *Aguios, esquiros, ateos atanados Adonay, giou-os terra gramaton*, que ele tem por hebraica e como tal lhe fora ensinada⁴³. Um outro seu parente, residente na Baía, Luís Henriques também não possuía ofício conhecido. Mas a filha, Ângela Henriques encontrava-se casada com António Cardoso Porto, homem de negócio. Por sua vez, seu padrinho José da Costa era navegante, mas o irmão António da Costa não exercia qualquer profissão. Também aquele viera preso para Lisboa, juntamente com sua mulher, Ana Miranda. Igualmente sem ofício estavam Miguel Nunes de Miranda, residente na Baía, ou António da Silva, que residia no Rio de

Janeiro, em casa de seu primo David Mendes da Silva e de onde se ausentou para as Minas.

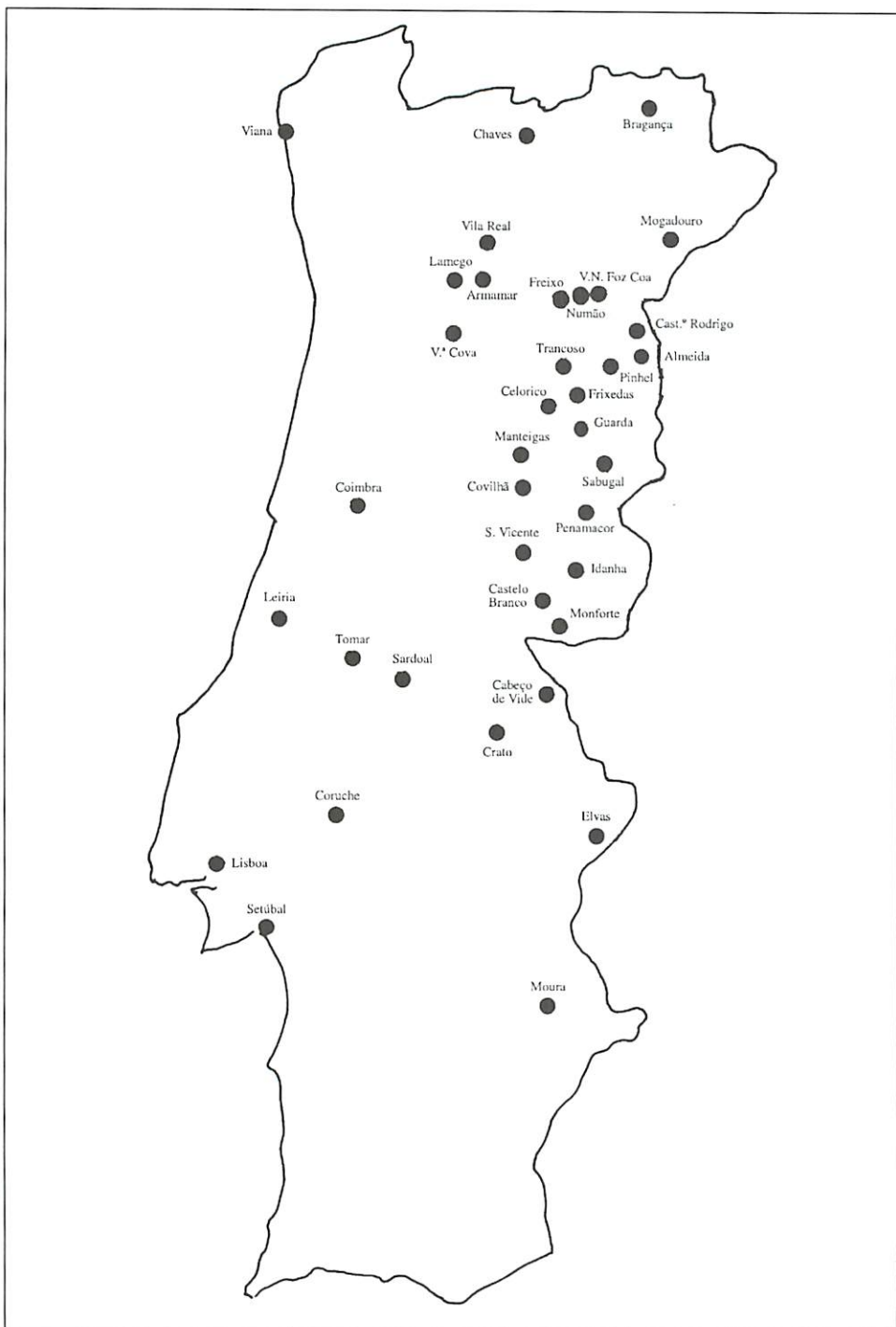
Não sendo afazendados, outros cristãos novos da Baía e do Rio dedicavam-se ao comércio, como Feliz Nunes de Miranda, tratante e contratador, ou seu filho Manuel Nunes de Almeida, homem de negócio, que, residindo na Baía, se mudaram para as Minas; outros à exploração de ouro ou de pedras preciosas, como Manuel Furtado, mineiro, genro daquele, David da Cruz Henriques, mineiro no Ouro Preto, Joaquim de Moraes Montesinho, Gaspar Henriques ou Francisco Nunes de Miranda, Miguel de Mendonça, Manuel Nunes da Paz, entre muitos outros nesta época; outros dedicavam-se à agricultura, como Pedro de Miranda, lavrador, ou à criação de cavalos, como Miguel da Silveira.

Outros vinham estudar para Coimbra como João Baptista da Silva⁴⁴.

Os apelidos de origem toponímica, como Miranda, Vila Real, Almeida, Valença, Montesinho, Porto e outros lembram-nos a migração do continente para o Brasil (*vide* mapa), neste período em que o ouro e os diamantes sucediam ao ciclo do açúcar e ao dos senhores de engenho. O interior transmontano e beirão era a nascente desta emigração para o Brasil do ouro. De facto, aproveitando os ciclos económicos, os descendentes dos antigos Judeus procuravam, na migração e na errância, sobreviver como "gente da nação", fugindo ao Tribunal do Santo Ofício, por vezes sem muita sorte. Se o ouro e o açúcar eram o objectivo, eles sabiam aproveitar-se do crédito como forma de investimento, quer emprestando a juro, quer pedindo a outros correligionários ou parentes para investir na aquisição das parcelas dos sócios ou para melhorar os bens que possuíam.

Cultos pois sabiam ler e escrever, no mínimo, os cristãos novos possuíam, em suas casas, livros de Direito, de História, de teatro, assim como tinham conhecimentos de música, encontrando-se em numerosos inventários a referência a violas. Diogo Roiz Moeda, advogado, declarava que a sua biblioteca lhe custara 110 mil réis e a estante para ela 11 mil e o seu homónimo, lavrador de cana, tinha dois livros de sermões, um outro sobre arte de reinar, um Livro de Horas de Nossa Senhora e o livro da vida do conde "Damatizo". Por sua vez, Francisco Gomes Dinis, advogado no Rio de Janeiro, possuía uma biblioteca constituída por livros de Direito e João Mendes da Silva, também advogado, afirmava ter na sua biblioteca mais de 150 volumes de Direito, mais de 90 de História e de outras curiosidades⁴⁵.

Estamos, pois, perante uma comunidade que possuía uma qualidade de vida média e média alta, bem patente nos bens móveis que detinha, desde jóias de ouro e diamantes, a vestuário de importação, mas, sobretudo, mobiliário requintado em madeira, algum importado da Índia, assim como louças desta região e tapeçarias como a de Arraiolos⁴⁶.



Localidades de emigração cristã-nova para o Brasil

Notas

- ¹ 'Carta de Pero Vaz de Caminha', in *Biblioteca da Expansão Portuguesa*, eds. Alfa, Lisboa, 1989, vol. 14, pp. 9 e 25.
- ² 'Navegação de Pedro Álvares Cabral, escrita por um piloto português', in ob.cit., p. 39.
- ³ Gândavo, 'História da Província de Sta. Cruz', in ob. cit., p. 73.
- ⁴ J. G. Salvador, *Os cristãos novos e o comércio no Atlântico meridional*, ed. Pioneira/MEC, S. Paulo, 1978, pp. 8 e 383-384.
- ⁵ J. G. Salvador, ob. cit., pp. 12 e 16.
- ⁶ T.T., *Inq. Lisboa*, n.º 9552.
- ⁷ António Vieira, *Cartas*, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1970, vol. I, p. 234.
- ⁸ J. G. Salvador, ob. cit., pp. 44 e 40-41.
- ⁹ J. G. Salvador, ob. cit., pp. 50-52.
- ¹⁰ E. Cooperman, 'Portuguese Conversos and Jews and their trade relations', in *Studies on the History of Portuguese Jews from their expulsion in 1497 through their dispersion*, ed. por Israel Katz e Mitchell Serels, Nova Iorque, 2000, pp. 132-140.
- ¹¹ J. Salvador, ob. cit., pp. 57-68.
- ¹² T.T., *Inq. Lisboa*, n.º 3292.
- ¹³ T.T., *Inq. Lisboa*, n.º 3338.
- ¹⁴ T.T., *Inq. de Lisboa*, n.º 3157.
- ¹⁵ H. I. Bloom, *The economic activities of the Jews of Amsterdam in the seventeenth and eighteenth centuries*, Kennikat Press, Nova Iorque/Londres, 1937, p. 128; A. Vieira, ob. cit., pp. 3-65, 75, 104-105.
- ¹⁶ Bloom, ob. cit., pp. 129-130.
- ¹⁷ Bloom, ob. cit., p. 129.
- ¹⁸ David Franco Mendes, *Os judeus portugueses em Amesterdão*, eds. Távola Redonda, Lisboa, 1990, pp. 4 e ss.
- ¹⁹ Vieira, ob. cit., I, p. 118.
- ²⁰ David Franco Mendes, ob. cit., pp. 12, 26; Bloom, ob. cit., p. 130; E. Lipiner, *Izaque de Castro, o mancebo que veio preso do Brasil*, Recife, 1992, p. 6.
- ²¹ Mendes dos Remédios, in David Franco Mendes, p. 52 (216).
- ²² Bloom, ob. cit., p. 131.
- ²³ Bloom, ob. cit., p. 133.
- ²⁴ Bloom, ob. cit., p. 134, nota 55.
- ²⁵ Bloom, ob. cit., p. 135.
- ²⁶ Lipiner, ob. cit.
- ²⁷ Vieira, ob. cit., I, p. 151.
- ²⁸ J. D. Salvador, ob. cit., p. 24.
- ²⁹ J. D. Salvador, ob. cit., p. 26.
- ³⁰ Vieira, ob. cit., I, p. 210.
- ³¹ Swetschinske, *The Portuguese Jewish merchants of seventeenth century Amsterdam: a social profile*, UMI, dissertação de doutoramento, Londres, 1988, vol. I, pp. 214-238.
- ³² Yosef Kaplan, *Les Nouveaux Juifs d'Amsterdam*, Paris, 1999, pp. 125-126.

³³ T.T., *Inquisição de Lisboa*, n.º 6678; cit. por Anita Novinsky, *Inquisição. Inventários de bens confiscados a cristãos novos*, s/d, s/l, pp. 29-32.

³⁴ T.T., *Inq. de Lisboa*, n.º 6004; cit. Anita Novinsky, ob. cit., pp. 22-25.

³⁵ T.T., *Inq. de Lisboa*, n.º 11, fls. 5-48v.

³⁶ T.T., *Inq. de Lisboa*, n.º 10 476; cit. Anita Novinsky, ob. cit., pp. 46-49.

³⁷ T.T., *Inq. de Lisboa*, n.º 10.

³⁸ T.T., *Inq. de Lisboa*, n.º 15.

³⁹ Anita Novinsky, ob. cit., pp. 56-61.

⁴⁰ Anita Novinsky, ob. cit., p. 66.

⁴¹ Anita Novinsky, ob. cit., pp. 64-70.

⁴² T.T., *Inq. de Lisboa*, n.º 6, fls. 27-136v.

⁴³ T.T., *Inq. de Lisboa*, n.º 19, fl. 3.

⁴⁴ *Ib.*, n.º 19.

⁴⁵ Anita Novinsky, ob. cit., pp. 34, 66, 73, 96, 111, 114, 139-140, etc.

⁴⁶ Anita Novinsky, ob. cit.